

---

# EDUCAÇÃO SEXUAL NO 2º CICLO DO ENSINO BÁSICO – DO DIAGNÓSTICO DE SITUAÇÃO À INTERVENÇÃO

## SEXUAL EDUCATION AT BASIC SECOND STAGE - FROM SITUATION ASSESSMENT TO INTERVENTION

Ermelinda Batanete<sup>(1)</sup>, Manuel José Lopes<sup>(2)</sup> & Agostinho Arranca<sup>(3)</sup>

<sup>1</sup>Universidade de Évora/Escola Superior de Enfermagem/ [eb@uevora.pt](mailto:eb@uevora.pt)

<sup>2</sup>Universidade de Évora/Escola Superior de Enfermagem/ [mjl@uevora.pt](mailto:mjl@uevora.pt)

<sup>3</sup>Escola EB2 D. João IV de Vila Viçosa/ [agostinhoarranca@sapo.pt](mailto:agostinhoarranca@sapo.pt)

### RESUMO

A Lei nº60/2009 estabeleceu o regime de aplicação da educação sexual em meio escolar, no ensino básico e secundário, no âmbito da educação para a saúde. Os actores destes contextos educativos foram assim confrontados com uma lei que lhes exigia novas competências e novos papéis, mas acima de tudo com dúvidas: Como passar do legislado à prática? Quais as alterações organizacionais que tal legislação exige?

Face ao conjunto de questões atrás colocadas optou-se pela metodologia de investigação-acção. Na fase diagnóstica procedeu-se à aplicação de um conjunto de instrumentos dos quais destacamos o questionário: avaliação de atitudes dos professores face à Educação sexual (QAAPES)<sup>1</sup>; concepções e práticas face à Educação sexual – versão para professores e versão para pais<sup>2</sup>; percepção dos alunos 2º ciclo acerca da educação sexual.

Os resultados apresentados reportam-se apenas à primeira fase do processo. Os dados permitiram-nos constatar o reconhecimento pelos diversos actores da educação sexual na escola como uma necessidade explícita. Na opinião dos jovens esta deve ser uma acção conjunta de professores, profissionais de saúde e pais e deveria ser abordada numa disciplina obrigatória. Os professores entendem que diz respeito a todos os professores e que deve ser abordada preferencialmente na componente lectiva. Para estes a principal finalidade da educação sexual é desenvolver as competências dos alunos para que consigam viver a sua sexualidade de uma forma mais saudável. Para os pais a principal finalidade é prevenir situações graves como gravidez na adolescência e SIDA e deveria ser desenvolvida por especialistas na temática, numa disciplina obrigatória.

O reconhecimento da educação sexual na escola como uma prioridade é unânime entre os diversos actores, no entanto, existe alguma divergência de perspectivas acerca da forma como esta deve ser operacionalizada.

**Palavras-chave:** “Educação sexual”; sexualidade; jovens; escola

### ABSTRACT

The law 60/2009 established the implementation of sexual education in schools, both primary and secondary, within education for health. The actors of these educational contexts were confronted with one law that demanded from themselves new skills and roles, but above all they were confronted with doubts: How do we go from the law theory to the practice? Which are the organizational changes that such a legislation demands?

Due to these questions we have opted to use an investigation-action methodology. During the assessment phase we implemented a set of tools, such as the interview and the questionnaire: assessment of teachers'

attitudes towards Sexual Education (QAAPES)<sup>1</sup>; conceptions and practices towards Sexual Education – teachers’ version and parents’ version<sup>2</sup>; Basic second stage students’ perception of Sexual Education.

The presented results refer only to the first stage of the process. Data allowed us to acknowledge that the various actors recognize sexual education in schools as an explicit need. According to the youngsters it should be a joint action of teachers, health professionals and parents and it should be a mandatory subject. Teachers believe that all teachers should be involved and that it should be approached preferentially within the school program. According to the teachers the principal aim of sexual education is to develop students’ competencies so that they can live their sexuality in a healthier way. According to parents the principal aim is to prevent critical situations such as teenage pregnancy and AIDS and it should be approached by specialists, as a mandatory subject.

Recognizing Sexual Education as a priority in the school is consensual between the various actors. However, there are still divergent perspectives on how it should be implemented.

**Key-words:** “Sexual Education”; sexuality; youngsters; school

## 1. INTRODUÇÃO

Pretende-se através deste artigo apresentar os dados obtidos no processo investigativo sob a metodologia de investigação-acção, relativos ao diagnóstico de situação face à Educação sexual (ES) na Escola EB2 D. João IV, desenvolvido no âmbito do trabalho de doutoramento do primeiro autor. A primeira fase da investigação, diagnóstica, centra-se nas atitudes dos professores do 2º ciclo do ensino básico relativamente à implementação da educação sexual em contexto escolar e nas concepções destes, dos pais e dos estudantes acerca da ES. Pretende conhecer as concordâncias e/ou divergências entre os diversos actores do processo educativo relativamente à ES na escola de forma a permitir delinear estratégias no sentido da operacionalização efectiva da ES em contexto escolar

O reconhecimento progressivo das características dos adolescentes, bem como das suas necessidades e problemas tem vindo a suscitar um interesse crescente o que muito tem contribuído para o debate à volta da educação sexual. Decorrente dos processos de desenvolvimento próprios da infância e da adolescência, os indivíduos encontram-se mais vulneráveis às influências sociais, que conseqüentemente podem ser determinantes na aquisição e consolidação de comportamentos relacionados com os estilos de vida, nomeadamente os relacionados com a sexualidade

Os Trabalhos publicados que abordam esta problemática<sup>3,4,5,6,7,8</sup>, confirmam e constataam a precocidade do início das relações sexuais entre os adolescentes, a inexistência de um parceiro sexual regular e a reduzida utilização sistemática do preservativo nas situações de risco acrescido. Para além destes trabalhos, tem-se verificado um aumento da percentagem de gravidez na adolescência, segundo o relatório do Fundo das Nações Unidas para a População<sup>9</sup> (FNUAP), Portugal regista 19 nascimentos por cada 1000 adolescentes entre os 15 e os 19 anos. Sendo ainda um dos maiores problemas o aumento das infecções sexualmente transmissíveis, nomeadamente do vírus da imunodeficiência humana/ síndrome da imunodeficiência adquirida, VIH/SIDA, metade de todas as novas infecções por VIH/SIDA, cerca de 6000 diariamente, acontecem entre jovens com idades entre os 15 e os 24 anos<sup>10</sup>.

Perante este panorama tornam-se relevantes as intervenções de educação sexual dirigidas aos indivíduos nesta fase da vida. Até porque é inquestionável o papel crucial que a sexualidade desempenha no crescimento e desenvolvimento do adolescente, no relacionamento interpessoal, no respeito, na comunicação, no amor, na auto-estima, na assertividade e na autoconfiança.

A Educação Sexual nas escolas portuguesas tem tido um percurso difícil e irregular, sujeita a controvérsias e debates entre os vários intervenientes do processo educativo.

Esta questão teve o seu enquadramento legal através da Lei 3/84, de 24 de Março<sup>11</sup>. Apesar desta lei se centrar fundamentalmente sobre o direito ao planeamento familiar, inclui a primeira menção jurídica sobre o direito à educação sexual. Assim, no seu artigo 1º reconhece-se que o Estado garante o direito à educação sexual, como componente do direito fundamental à educação. E no artigo 2º responsabiliza os professores conjuntamente com os pais pela educação sexual de educandos e filhos.

Desde então, são vários os diplomas legais e documentos orientadores que contemplam a saúde dos adolescentes com enquadramento da educação sexual. Recentemente a Lei nº60/2009<sup>12</sup> veio estabelecer o regime de aplicação da educação sexual em meio escolar, no ensino básico e secundário, no âmbito da

educação para a saúde. Prevê o desenvolvimento de um programa sistemático, holístico, baseado na promoção de competências pessoais e sociais, centrado nas necessidades de um público-alvo específico. Com esta lei, as escolas viram-se confrontadas com uma nova realidade: a necessidade / obrigatoriedade de Implementar a educação sexual. Perante a convicção de que muito havia para mudar, surgiram incertezas, de como transpor a teoria para a prática e que transformações têm de ser operadas ao nível das organizações escolares para dar resposta a esta lei.

Pela sua relevância no desenvolvimento humano, a educação sexual deverá ser abordada de acordo com a idade dos estudantes, através de acções com continuidade, organizadas segundo a metodologia de projecto<sup>13</sup>. É assim imperativo, antes de se iniciar um programa, a identificação das necessidades daqueles a quem se destina. Um diagnóstico de situação rigoroso e que abranja todos os actores do processo educativo é o ponto de partida para a eficácia de qualquer programa.

## **2. MATERIAL E MÉTODOS**

A investigação encontra-se ancorada na metodologia de investigação-acção (IA). A opção por esta metodologia prende-se com o facto de a investigação-acção ser um método essencialmente prático, que lida com problemas reais<sup>14</sup>. Implica agir para melhorar a prática e estudar sistematicamente os efeitos da acção desenvolvida<sup>14,15</sup>, sendo auto-avaliativa (as modificações são constantemente avaliadas) e cíclica (as descobertas iniciais geram possibilidades de mudança a serem implementadas no ciclo seguinte)<sup>14,15</sup>.

O estudo teve assim início com a análise da situação da prática, constituindo-se esta como a primeira etapa de todo o processo.

A primeira fase da investigação, aqui apresentada, foi orientada de acordo com um estudo exploratório, descritivo, de abordagem quantitativa visando conhecer as atitudes, concepções e práticas dos professores, as concepções e práticas dos pais e a percepção dos estudantes acerca da educação sexual.

### **2.1 Sujeitos**

A população do estudo foi composta por 26 professores, 96 pais e 81 estudantes. Participaram todos os professores e pais que manifestaram vontade para participar no estudo e os estudantes cujos pais autorizaram por escrito a sua participação.

Os dados apresentados na tabela 1 permitem-nos verificar que a maioria dos 26 professores que participaram no estudo, concretamente 69.2%, era do sexo feminino.

Verificamos, também, que as idades variavam entre 24 e 56 anos, sendo a média 42.85 anos com desvio padrão 8.30 anos. Como podemos constatar 46.3% dos professores tinham entre 40 e 50 anos, seguidos de 26.9% cuja idade era igual ou superior a 50 anos e de 19.2% que tinham entre 30 e 40 anos. Metade dos professores tinha mais de 42.50 anos (idade mediana).

Quanto ao número de filhos, verifica-se que 38.5% dos professores não tinham filhos, seguidos de 30.8% que tinham dois filhos.

A maioria dos professores (80.8%) possuía a licenciatura como habilitação académica, seguidos de 11.5% que possuíam, apenas, o bacharelato.

No que concerne ao tempo de docência os professores indicaram valores compreendidos entre 3 e 34 anos, sendo o tempo médio de 19.35 anos com desvio padrão de 8.39 anos. Verifica-se, também, que 38.5% dos professores indicaram tempos de docência entre 10 e 20 anos e que 30.8% referiram tempos entre 20 e 30 anos. Metade dos inquiridos exerciam a actividade docente há mais de 19.50 anos.

Tabela 1 - Características socioprofissionais professores

	n	%
Sexo		
Masculino	8	30.8
Feminino	18	69.2
Grupo etário		
< 30	2	7.7
[30 – 40[	5	19.2
[40 – 50[	12	46.2
≥ 50	7	26.9
$\bar{x}$ = 42.85	Md = 42.50	s = 8.30
$x_{\min}$ = 24.00	$x_{\max}$ = 56.00	
Número de Filhos		
Nenhum	10	38.5
Um	6	23.1
Dois	8	30.8
Três	2	7.7
Sexo dos filhos		
Masculino	8	50.0
Feminino	2	12.5
Masculino e feminino	6	37.5
Habilitações académicas		
Bacharelato	3	11.5
Licenciatura	21	80.8
Licenciatura com especialização	1	3.8
Doutoramento	1	3.8
Tempo de leccionação (anos)		
< 10	3	11.5
[10 – 20[	10	38.5
[20 – 30[	8	30.8
≥ 30	5	19.2
$\bar{x}$ = 19.35	Md = 19.50	s = 8.39
$x_{\min}$ = 3.00	$x_{\max}$ = 34.00	

Relativamente aos pais, responderam ao questionário maioritariamente mulheres (86,5%). A maioria é casada (83,3%) ou a viver em união de facto (5,2%), com idades compreendidas, maioritariamente, entre os 30 e os 50 anos (93,8%).

Dos estudantes, 63.0% são raparigas e 37.0% rapazes, com idades entre os 10 e os 12 anos a frequentarem o 5º (49.4%) e o 6º ano (50.6%) de escolaridade. Destes pré-adolescentes 61.7% viviam em zonas urbanas e 38.3% em zonas rurais.

## 2.2 Instrumentos

Visando a colheita de dados susceptível de fornecer a informação necessária para o estudo, utilizámos como instrumento de colheita de dados o questionário, tendo sido escolhidos em função dos objectivos e dos sujeitos.

O questionário aplicado aos professores é constituído por dois grupos. O grupo I pretende avaliar as atitudes dos professores face à Educação Sexual, tendo sido utilizado QAAPES (Questionário de Avaliação de Atitudes dos Professores face à Educação Sexual) de Reis e Vilar<sup>1</sup>, consta de escalas que incluem três dimensões: avaliativa, cognitiva e emocional. O grupo II pretende identificar as concepções e práticas dos professores em Educação sexual tendo sido utilizado o questionário de Lourenço<sup>2</sup>.

Aos pais/encarregados de educação, no sentido de identificar as concepções e práticas face à educação sexual, foi aplicado o questionário de Lourenço<sup>2</sup>. O questionário contém questões sobre as concepções relativamente à educação sexual em contexto escolar (como, quando, quem, importância e finalidades), o papel dos outros intervenientes no processo educativo e as práticas de educação sexual (o que fazem

intencionalmente, o que fazem quando são abordados pelos filhos, como fazem intencionalmente e como fazem quando são abordados pelos filhos).

O questionário para os estudantes foi elaborado, após a definição do problema e dos objectivos, com base na revisão da literatura. As questões: Relações de amizade e grupo de pares; Crenças e atitudes face ao VIH/SIDA; Conhecimentos sobre VIH/SIDA resultaram do questionário de Matos et al<sup>16</sup>, o qual foi usado após a devida autorização da autora. A maioria dos itens do questionário tem uma forma fechada, para permitir apenas respostas pré-especificadas e facilitar a quantificação e a análise dos dados. Foi elaborada uma versão provisória do questionário tendo sido sujeita a avaliação por dois peritos na área. Após realizadas as alterações sugeridas pelos peritos, procedeu-se ao pré-teste com 20 sujeitos de características semelhantes aos da amostra.

Os questionários foram sujeitos a apreciação da Direcção Geral da Inovação e Desenvolvimento Curricular (DGIDC) a qual foi favorável, encontrando-se registados nesta entidade com o nº 0164200001.

A colheita de dados foi realizada com consentimento livre e esclarecido dos sujeitos.

### 3. RESULTADOS

As análises e procedimentos estatísticos foram efectuados através do programa Statistical Package for Social Sciences (SPSS, versão 17.0). Este capítulo apresenta a análise descritiva da amostra no que diz respeito a professores, pais e estudantes.

#### PROFESSORES

No que concerne à formação na área da educação sexual verificamos (Tabela 2) que a maioria dos professores, exactamente 19, afirmou que não possuía a formação nesta área. Dos sete professores que afirmaram ter formação, três referiram que frequentaram sessões na própria escola e os restantes quatro disseram ter frequentado cursos, colóquios/congressos, acções de formação e seminários. Questionados acerca do facto de terem promovido ou participado em alguma acção de Educação Sexual, a maioria dos sete professores (4) respondeu negativamente. Os três professores que afirmaram ter participado ou promovido naquele tipo de acções, um disse que tal consistiu numa aula, outro referiu uma acção extracurricular para alunos e o terceiro indicou acção ou acções no contexto da Área de Projecto. Todos os três professores consideraram que a experiência foi globalmente positiva. Dois dos professores disseram que foram meros assistentes nessa formação e, apenas, um afirmou que foi interveniente activo. Este professor disse que se sentiu preparado e confortável para abordar os temas relativos à Educação Sexual.

Tabela 2 - Formação na área da Educação Sexual

	n	%
<b>Formação na área de Educação Sexual</b>		
Sim	7	26.9
Não	19	73.1
<b>Tipo de acção frequentada</b>		
Curso	1	14.3
Sessão na escola	3	42.9
Colóquios/Congressos	1	14.3
Acção de formação	1	14.3
Seminários	1	14.3
<b>Promoveu ou participou em alguma acção de Educação Sexual</b>		
Sim	3	42.9
Não	4	57.1
<b>Em que consistiu essa acção ou programa</b>		
Uma aula para alunos	1	33.3
Um conjunto articulado de aulas para alunos	-	0.0
Uma acção extracurricular para alunos	1	33.3
Acção ou acções no contexto da Área de Projecto	1	33.3
<b>Como avalia essa experiência</b>		
Acho que foi globalmente positiva	3	100.0
Houve coisas negativas, mas acho que foi bem	-	0.0

Acho que esta experiência foi mais negativa que positiva	-	0.0
Acho que esta experiência foi muito negativa	-	0.0
<b>Qual o papel nessa acção ou programa</b>		
Fui um(a) dos seus proponentes	-	0.0
Participei na sua organização	-	0.0
Fui um interveniente activo	1	33.3
Fui um(a) mero(a) assistente	2	66.7

Quanto ao envolvimento dos professores em futuras acções de Educação Sexual, verificamos que onze afirmaram que tencionavam desenvolver actividades nesse âmbito, seguidos de sete que disseram estar disponíveis para colaborar com outros colegas na promoção deste tipo de acções.

Com base nos dados obtidos através da aplicação da escala de avaliação de atitudes dos professores face à Educação Sexual obtivemos os resultados que constituem a tabela 2.

Na dimensão avaliativa, expressa numa escala de 1 a 5 pontos, os professores obtiveram resultados compreendidos entre 2.60 e 4.80 pontos, sendo a média de 4.02 pontos com desvio padrão 0.48 pontos. Metade dos professores apresentou resultados iguais ou superiores a 4.00 pontos. Atendendo aos resultados obtidos, podemos afirmar que os professores evidenciaram atitudes muito positivas na dimensão avaliativa.

Relativamente aos conhecimentos em relação à Educação Sexual, verificamos que, numa escala de 0 a 15 pontos, os professores obtiveram valores compreendidos entre 6.00 e 14.00 pontos, sendo a média 9.81 pontos com desvio padrão 2.59 pontos. Metade dos professores obteve, pelo menos, 9.00 pontos. Os resultados evidenciam que os professores inquiridos evidenciam possuir bons conhecimentos na área da Educação Sexual.

Para a dimensão conforto relativamente aos temas sexuais, expressa numa escala entre 1 e 5 pontos, observamos valores compreendidos entre 2.10 e 4.63 pontos, sendo a média 3.56 pontos com desvio padrão 0.61 pontos. Metade dos professores obteve resultados superiores a 3.67 pontos. Concluímos que os professores evidenciaram um nível razoável de conforto relativamente aos temas sexuais.

Tabela 3 - Medidas descritivas observadas para as dimensões da escala de Avaliação de Atitudes dos Professores face à Educação Sexual

Dimensão	$\bar{x}$	Md	s	$x_{\min}$	$x_{\max}$
Avaliativa	4.02	4.00	0.48	2.60	4.80
Conhecimentos em relação à Educação Sexual	9.81	9.00	2.59	6.00	14.00
Conforto relativamente aos temas sexuais	3.56	3.67	0.61	2.10	4.63

Para avaliar as práticas da Educação Sexual em contexto escolar procedemos à análise das respostas dadas pelos professores em cada um dos 70 itens propostas por Lourenço<sup>2</sup>. Agrupámos os itens em função das concepções (como, quando, quem, finalidades, importância e papel dos outros intervenientes) e das práticas.

Para os professores, a principal finalidade da educação sexual é desenvolver as competências dos alunos para que consigam viver a sua sexualidade de uma forma mais saudável.

No que respeita às concepções da Educação Sexual relativas ao “como”, constatou-se que 57.7% dos professores concordaram com a afirmação «a educação sexual deveria ser uma disciplina obrigatória» enquanto 42.3% discordaram da mesma afirmação.

Entendem que diz respeito a todos os professores (73.1%) e que deve ser transversal, mas ter um programa definido para cada área curricular disciplinar e não disciplinar (65.4%) Planificada, de forma sistemática, em cada Conselho de Turma (69.2%).

As opiniões dos professores repartiram-se entre a concordância e a discordância nos itens «a educação sexual na escola, deveria ser abordada apenas por professores com formação especializada em ES» (34.6% e 30.8%), «a disciplina de Ciências da Natureza é aquela que está mais vocacionada para desenvolver os temas da ES» (46.2% e 42.3%) e «a educação sexual, na escola, deveria ser leccionada por médicos, enfermeiros, psicólogos ou outros técnicos especializados» (46.2% ou 34.6%).

## PAIS

Para os pais a principal finalidade da educação sexual é prevenir situações graves como gravidez na adolescência e VIH/SIDA e outras infecções sexualmente transmissíveis. A maioria dos pais considera que deve ter início no 2º ciclo (64.6%), porque coincide com a entrada na adolescência.

Para estes a ES na escola deveria ser uma disciplina obrigatória (80.2%), abordada apenas por professores com formação especializada em educação sexual (89.6%) ou por médicos, enfermeiros, psicólogos ou outros técnicos especializados (86.4%). Discordam que deve ser só uma responsabilidade dos pais (94.8%).

## ESTUDANTES

A maioria dos estudantes refere que a Educação Sexual serve para ajudar a ter mais informação, tirar dúvidas e proteger-se das infecções sexualmente transmissíveis.

Tabela 4 - Finalidades da Educação Sexual na perspectiva dos estudantes

<b>Finalidades da Educação Sexual</b>	
Não ter infecções/doenças sexualmente transmissíveis (N=91)	%
Sim (n=62)	76.5
Não (n=19)	23.5
Ter mais informação (N=91)	%
Sim (n=79)	97.5
Não (n=2)	2.5
Não engravidar (N=91)	%
Sim (n=41)	50.6
Não (n=30)	49.4
Saberes relacionar-te com outra pessoa (N=91)	%
Sim (n=55)	67.9
Não (n=25)	30.9
Retardar o início das relações sexuais (N=91)	%
Sim (n=53)	65.4
Não (n=28)	34.6
Tirar dúvidas (N=91)	%
Sim (n=78)	96.3
Não (n=3)	3.7

Relativamente à informação que consideram ter sobre sexualidade, a maioria considera-se informado (54,3%), 28,4% muito informados e 17,3% pouco informados.

Quando questionados acerca de quem lhes transmitiu mais informação sobre sexualidade referem em primeiro lugar os pais, seguido dos amigos, internet e televisão/rádio. Os professores são pouco referidos como fontes de informação. Os profissionais de saúde foram mencionados apenas por um aluno.

Como fontes de informação privilegiadas na abordagem destes temas, a maioria (32,1%) refere que esta deve ser uma acção conjunta de professores, enfermeiros, médicos e família. A abordagem só pela família é preferida por 29,6% dos jovens e só pelos profissionais de saúde por 22,2%. A participação exclusiva dos professores é delegada para segundo plano sendo referida apenas por 12,3% dos alunos.

Em relação à comunicação sobre sexualidade, os jovens manifestam mais à vontade em abordar estes temas com os amigos (66,7%), os pais (46,9%) e os profissionais de saúde, nomeadamente médicos (32,1%) e enfermeiros (28,4%).

Ainda para a maioria dos jovens, a abordagem dos temas sobre sexualidade deveria ser numa disciplina de educação sexual (72,8%).

Tabela 5 - Fontes de informação

	<b>n</b>	<b>%</b>
<b>Onde obtiveste a informação que Possuis</b>		
Pais	29	35,8
Irmãos	3	3,7
Amigos	15	18,5
Professores	8	9,9

Livros e Revistas	4	4,9
Televisão / Rádio	9	11,1
Internet	12	14,8
Enfermeiros	1	1,2
Médicos	0	0
<b>Quem achas que deve abordar a Educação Sexual</b>		
Professores	10	12,3
Enfermeiros	4	4,9
Médicos	14	17,3
Família	24	29,6
Professores, Enfermeiro, médico e Família	26	32,1
Peritos na área	3	3,7

#### 4. CONCLUSÃO

Os resultados obtidos no estudo, permitiram reconhecer a complexidade do fenómeno. A educação sexual na escola é reconhecida, pelos diversos actores, como uma prioridade, no entanto, se por um lado existe unanimidade acerca do seu carácter de obrigatoriedade, por outro acentuam-se as divergências no que concerne a quem e como deve ser desenvolvida. Os professores entendem que diz respeito a todos os professores e que deve ser transversal, mas ter um programa definido para cada área curricular disciplinar e não disciplinar, planificada, de forma sistemática, em cada Conselho de Turma. Para os pais devia ser desenvolvida por especialistas na temática, considerando estes como professores com formação especializada em educação sexual e técnicos de saúde. Na opinião dos jovens esta deve ser uma acção conjunta de professores, profissionais de saúde e pais.

Partindo do pressuposto que a educação sexual na escola contempla a formação de professores e outros profissionais de forma a terem uma actuação profissional que lhes permita responder às dúvidas das crianças e jovens em matéria de sexualidade, a promoção de actividades de apoio às famílias na educação sexual dos seus filhos, o estabelecimento de parcerias com os serviços de saúde e se consubstancia na “abordagem pedagógica sistemática de temas ligados à sexualidade humana em contexto curricular, quer nas áreas disciplinares, quer nas áreas não disciplinares, numa lógica interdisciplinar, privilegiando o espaço turma e as diferentes necessidades de crianças e jovens”<sup>17</sup> é importante que os docentes, assim como os técnicos de saúde e pais, se consciencializem da relevância do seu papel em todo o processo e que unam esforços no sentido da sua operacionalização. É imprescindível ter como fio condutor, que ensinar educação sexual é muito mais abrangente do que transmitir informações relacionadas com o sexo, passa por reflectir sobre emoções, sentimentos e atitudes, treinar competências de vida e fornecer informação cientificamente correcta sobre as questões da fisiologia humana<sup>18</sup>.

Neste sentido é necessário que as intervenções de educação para a saúde, e a educação sexual como parte integrante desta, sejam baseadas numa perspectiva de desenvolvimento dos jovens, aferidas para o contexto a que se destinam<sup>13</sup>, fundamentadas na evidência científica e, realizadas por profissionais com conhecimentos próprios no domínio específico na área de intervenção, para os quais concorrem os sectores da saúde e da educação<sup>19</sup>.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1) Reis, Maria Helena; Vilar, Duarte (2004). A implementação da educação sexual na escola: Atitudes dos professores. *Análise Psicológica*, 4 (XXII), 737-745.
- (2) Lourenço, Maria Cristina (2007). Educação sexual em contexto escolar – das concepções às práticas. Universidade de Coimbra: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação. Manuscrito não publicado.
- (3) Loureiro, F. (1990). Informação Sexual dos Adolescentes - Grau e Conhecimentos, Relação com Comportamentos e Opiniões. *Revista Portuguesa de Saúde Pública*, 2, 17-21.
- (4) Lucas, Santos (1993). A sexualidade desprevenida dos portugueses. Lisboa: McGraw Hill.

- (5) Roque, Otilia (2001). *Semiótica da cegonha. Jovens, sexualidade e risco de gravidez não desejada*. Lisboa: Associação para o Planeamento da Família.
- (6) Nodin, Nuno (2001). *Os jovens portugueses e a sexualidade em finais do século XX*. Lisboa: Associação para o Planeamento da Família.
- (7) Caldeira, Ermelinda (2005). *Comportamentos sexuais dos adolescentes*. *Servir*, vol. 53,1, 29-39.
- (8) Matos, M. (2009). *Aventura Social. Inquérito on-line: Apresenta-te*. Consultado em Março, 2009, em <http://aventurasocial.com/2005/main.php>.
- (9) FNUAP. *Fundo das Nações Unidas para a População (2005). A situação da população mundial 2005 – A promessa de igualdade: Equidade em matéria de género, saúde reprodutiva e objectivos de desenvolvimento do milénio*. New York: FNUAP, 45-55.
- (10) Marques, R., Martingo, C., Frade, A. (2006). *Saúde sexual e reprodutiva e VIH/SIDA: Uma questão de compromisso e de desenvolvimento. Fact Sheet Women and AIDS da Associação Austríaca de Planeamento Familiar*. Associação Para o Planeamento da Família.
- (11) PORTUGAL, Assembleia da República (1984). *Lei 3/84. Educação Sexual e Planeamento Familiar*. Diário da República. 1ª-série, nº-71, 3-24.
- (12) PORTUGAL, Assembleia da República (2009). *Lei 60/2009. Estabelece o regime de aplicação da educação sexual em meio escolar*. Diário da república, 1ª Série, Nº151 de 6 de Agosto.
- (13) GTES. *Grupo de Trabalho de Educação Sexual (2007). Relatório final*. Consultado em Novembro, 2011, em [http://www.min-edu.pt/data/GTES\\_RELATORIO\\_FINAL.pdf](http://www.min-edu.pt/data/GTES_RELATORIO_FINAL.pdf).
- (14) Streubert, Helen J., Carpenter, Dona R. (2002). *Investigação qualitativa em enfermagem: Avançando o imperativo humanista*. Lisboa: Lusociência.
- (15) Cohen, L., Manion, L. (1994). *Research methods in education*. 4ª ed. London: Routledge.
- (16) Matos, Margarida (2010). *Sexualidade, afectos e cultura – Gestão de problemas de saúde em meio escolar*. 1ª Ed. Lisboa: Coisas de Ler.
- (17) *Portal de Saúde Sexual e Reprodutiva (2011). Educação sexual na escola. Centro de recursos para professores*. Consultado em Dezembro, 2011, em <http://www.apf.pt/?area=002&mid=001&sid=001&ssid=001>
- (18) Ramiro, L., Reis, M., Matos, M. (2010). *Educação sexual: propostas para escolas*. In Matos, M. *Sexualidade, afectos e cultura – Gestão de problemas de saúde em meio escolar*. 1ª Ed. Lisboa: Coisas de Ler, 203-244.
- (19) Rodrigues, M., Pereira, A., Barroso, T. (2005). *Educação para a saúde: formação pedagógica de educadores de saúde*. Coimbra: Formasau.